

AS CLASSES AÇUCAREIRAS E A CRISE DE 1930 EM PERNAMBUCO

Paulo Henrique N. Martins
da Universidade Federal de Pernambuco

Este estudo se corporaliza numa época onde a pesquisa científica se debruça na história, em busca de um conhecimento molecular daquilo que veio a ser designado como a "revolução de 1930", no Brasil. Identifica-se, portanto, com todo um esforço de recuperação e reinterpretação dos matizes que definem a franzida face atual da sociedade brasileira.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que repousa nos idos de 1930 as transformações estruturais mais significativas que conhece o país no século XX, as quais influíram verticalmente na sua evolução.

As publicações surgidas a respeito têm indicado, particularmente, uma preocupação dos pesquisadores com relação à participação dos "tenentes" no movimento revolucionário. Sem dúvida, uma tarefa séria em vista da urgência de se elaborar teoricamente a existência política do "tenentismo". Acontece, que essa tentativa de se exaurir política e sociologicamente a natureza e a importância do movimento tenentista não tem sido acompanhado, no mesmo ritmo, no que diz respeito às outras forças sociais

que participaram ativamente no desenvolvimento do processo revolucionário, ou seja, as classes dominantes dissidentes, comumente conhecidas como "oligarquias dissidentes".

Existe uma certa tendência a privilegiar o papel do tenentismo na ruptura da ordem político-institucional da Primeira República, em detrimento do valor contido na participação das classes dominantes dissidentes. Podemos mesmo avançar que, ignorando ou subestimando a importância das dissensões e fricções no interior das classes privilegiadas, na época, estamos incorrendo num lamentável erro de visão histórica. Para tal, basta-nos, apenas, verificar a simplicidade e insuficiência do perfil teórico das análises existentes sobre a questão. De um modo geral, elas explicam as dissidências internas das classes dominantes, no período, como um simples jogo de grupos oligárquicos que disputam os benefícios materiais do poder central. Aceitando a superficialidade desses argumentos, estamos também renunciando, de certo modo, ao irrenunciável compromisso de conhecermos o movimento histórico de constituição das classes burguesas no Brasil, de uma maneira rigorosamente científica.

Nos limites do presente estudo, procuraremos avançar algumas idéias sobre a participação das classes açucareiras na crise de 1930 em Pernambuco, o que nos permitirá entender alguns aspectos relativos:

- a) A própria organização das classes açucareiras como classes burguesas;
- b) A natureza de sua insatisfação na crise de 30;
- c) Sua importância nas transformações ocorridas no arcabouço político-institucional do estado Moderno no Brasil.

Compreendendo a participação das classes açucareiras na conjuntura, estaremos também abrindo um amplo campo de reflexão sobre outras questões importantes e de caráter mais geral.

1. A Crise Econômica do Açúcar

Nos fins do século XIX a produção nordestina de açúcar, particularmente a de Pernambuco (maior produtor nacional), já está praticamente marginalizada nos mercados estrangeiros e o grosso do açúcar fabricado vem sendo consumido internamente. O processo usineiro, em Pernambuco, se realiza, assim, com dificuldades e às custas do lento crescimento e unificação do mercado interno. Um problema mais grave, entretanto, vai ser representado pelos impulsos que o aumento da demanda interna de açúcar (expansão dos centros urbanos) vai gerar ao nível do incremento da produção concorrente do sudeste, particularmente Campos (já tradicional produtor e São Paulo). Esta ameaça adquire uma feição significativa quando se considera que estavam localizados justamente no sudeste, os maiores centros consumidores do país, o que se traduzia, naturalmente, em menores custos de transporte para os produtores dessa área.

A partir do início da década de 1920, a colocação do açúcar nordestino nas praças do sudeste e sul se torna progressivamente difícil, pela expansão desmesurada da oferta do produto. O liberalismo econômico interno e a completa ausência de controle da atividade produtiva leva a um crescente desequilíbrio inter-regional, com efeitos letais para os produtores nordestinos e pernambucanos. A atividade especuladora se insinua desenfreadamente ao nível da própria produção e os preços disparam desor-

denadamente. Consultando dados relativos à variação de preço do açúcar cristal (arropa de 15kg) na praça de Recife, nesta década de 1920, vamos observar nitidamente a instabilidade dos preços no mercado. Tomando 1919 como ano-base (=100), temos que em 1921 o preço do produto representa 47,2% daquele; em 1923, 163,8%; em 1924, 86,3%; em 1928, 107,4% e em 1930, 39,5%.

Em 1930, o nível de deterioração econômico-financeira da indústria nordestina chega a um ponto de não-retorno, com efeitos inevitáveis quanto ao leque de opções políticas viáveis por parte dos empresários açucareiros.

A Cooperativa Açucareira e a Política Oficial da Primeira República

A Cooperativa Açucareira foi fundada em 1928 na administração do governador Estácio Coimbra, num momento em que os produtores açucareiros locais já tinham consciência que algo de concreto teria que ser posto em prática para afastar o fantasma da ruína que perseguia parte considerável da indústria de açúcar de Pernambuco. Ela foi criada com o objetivo explícito de fortalecer a posição dos usineiros locais no comércio interno do açúcar, controlado por grandes comerciantes do sudeste. Para tanto, se buscava estabelecer através da mesma, um instrumento de unificação das vendas do produto local e de conseqüente sustentação dos preços de mercado.

A experiência da Cooperativa Açucareira como órgão de defesa da indústria de açúcar local foi um fracasso. Dois anos após sua fundação ela teve suas atividades suspensas, mais precisamente em setembro de 1930, há menos de um mês do desencadeamento da rebelião armada. Seu fracasso se deve às seguintes razões: a burguesia comercial de mercado interno, controlando o acesso aos principais mercados consumidores do país, criava problemas intransponíveis para a venda do açúcar cooperado e sufocava financeiramente os usineiros locais. Em segundo lugar, a produção açucareira do sudeste ocupava progressivamente o espaço reservado para o açúcar nordestino. Por outro lado, os problemas da economia açucareira da região ultrapassavam, de longe, as tímidas garantias oferecidas por uma simples organização cooperativa local.

De um certo modo, podemos dizer que a experiência da Cooperativa, nesses dois anos, traduz o próprio ocaso do Estado da Primeira República. Ela revela o gesto desesperado e inútil do último governo republicano de criar mecanismos, estruturalmente incapazes de combater a convulsão econômica interna, já agravada pela crise das exportações do café.

A grande importância da Cooperativa Açucareira não é econômica mas, essencialmente, política. Ela foi, sobretudo, o artifício que permitiu, aos empresários açucareiros locais, a conscientização das fragilidades estruturais de sua atividade econômica, e das ameaças iminentes de fechamento de grande parte de suas unidades industriais, o que ocorreria caso persistissem numa postura conciliatória para com a política governamental.

A Suspensão da Cooperativa Açucareira e a Degeneração da Crise Político-Econômica

Nos primeiros meses de 1930, o fracasso da Cooperativa Açucareira, como instrumento de salvaguarda da reprodução da lavoura canavieira pernambucana, é já uma evidência. Os usineiros locais começam, então, a assumir uma postura acentuadamente crítica no que diz respeito à eficiência da política governamental vigente, exigindo providências mais sérias e permanentes. Assim, em 13 de julho de 1930 o Diário da Manhã

vem denunciando, em primeira página, a situação aflitiva da indústria e da agricultura regional: "Nenhum outro problema se impõe tanto aos governos brasileiros como o do crédito agrícola... Sem dispor de uma organização de crédito e transportes convenientes, o que depende, sobretudo, de facilidades e auxílio dos governos, jamais a lavoura e a indústria poderão se aparelhar no sentido de harmonizarem seus interesses com os dos consumidores. E a especulação desenfreada dos açambarcadores sulistas é que usufruirá a parte do leão..." (D.M. 13.7.930).

Porém, as críticas à inépcia do governo não se restringem a considerações gerais. Os produtores açucareiros passam a acusar diretamente a própria Cooperativa. Em interessante artigo intitulado "O açúcar e os acordos", o D.M., de 13 de agosto, denuncia os acordos de comercialização promovidos pela organização junto aos comerciantes sulistas. O mais interessante é que toma corpo lentamente, uma crítica mais sistematizada contra as atividades desta burguesia comercial, ligada ao mercado interno, e se agrava o temor da concorrência da produção sulista: "O pior, porém, é que ela (a Cooperativa) já não inspira confiança nos mercados nacionais. É o que acontece em São Paulo, por exemplo, onde o produto pernambucano sempre encontrou facilidades e vantagens para os seus negócios quando as transações se realizaram sem o "controle" das vendas por atacado aos reis da especulação açucareira do sul, entre os quais figura em primeiro plano com uma notoriedade bem temida pelos nossos produtores, a poderosa firma Matarazzo & Cia. ..." Como quer que seja, o mercado de São Paulo tem importância capital para nós. Colocamos nele uma altíssima percentagem das safras pernambucanas. Devemos, portanto, tratá-lo cordialmente..... Mas o grande Estado figura hoje também entre os centros produtores. Daí a necessidade de considerá-lo também como competidor... (D.M. 13.8.930).

Pode-se deduzir, do texto, a existência de uma íntima relação entre a burguesia comercial, ligada aos negócios internos (reis da especulação açucareira do sul, para os produtores locais) e a burguesia industrial em ascensão, no sudeste do país. É o que sugere a inclusão do nome Matarazzo, entre aqueles visados pelos usineiros nordestinos como responsáveis pela especulação no comércio do açúcar.

As denúncias contra Matarazzo, o "açambarcador", ainda que distoem da imagem de Matarazzo, o "pioneiro da indústria nacional", não revelam outra coisa que não seja as particularidades do processo de acumulação do capital no Brasil. É importante observar que a transferência de excedentes, para financiamento da industrialização de São Paulo, já assumia um forte caráter inter-regional mesmo antes de 1930, e não era o café a fonte alimentadora exclusiva do seu processo industrial, como o faz supor a historiografia econômica.

No dia 7 de setembro, uma grande parte dos industriais açucareiros locais publicam manifesto na imprensa exigindo a supressão da Cooperativa Açucareira. Nele, os produtores associados fazem longas acusações, tanto ao governador Estácio Coimbra (que embora usineiro estava representando o regime político naquele momento), como também à Cooperativa, considerada incapaz de gerenciar os negócios do açúcar: "..... a Cooperativa degenerou em um instrumento da prepotência do Sr. Estácio Coimbra, que se arrogou o papel de árbitro das suas transações, papel que desempenhou de modo irritante e injustificável. Haja vista, para não esmerilhar muito o assunto a medida absurda de fechamento do porto do Recife nos meses de setembro e outubro de 1928 em benefício dos produtores campistas e, posteriormente, o logro de

que foram vítimas os produtores pernambucanos no célebre negócio com Matarazzo...." (D.M. 7.9.930).

O mais curioso no manifesto, contudo, é a reinterpretação, por parte dos empresários, das causas provocadoras da crise econômica da atividade açucareira, naquele momento. Os usineiros não responsabilizam mais, de forma exagerada, a ação danosa dos comerciantes, por exemplo, como fatores básicos da crise, porém buscam também esses fatores no seio da própria produção: "Ainda no tocante à disponibilidade de crédito e capital, que constitui talvez, o maior obstáculo à organização da lavoura pernambucana, impedindo-a, dentro de seus recursos normais, **de aparelhar-se para competir com a produção açucareira dos demais Estados, convém acentuar o gravíssimo erro de descurmarmos do problema de financiamento das safras**, problema esse de solução tanto mais premente e inadiável, quanto é certo que a insegurança do nosso mercado interno, o desembaraço com que os monopolizadores do sul entram aqui para impor preços ínfimos, o jogo de especulações perniciosas, porque não se mantém num limite estimulador das transações no mercado, advém justamente da indigência de capitais por parte dos produtores, para não entregar a sua mercadoria ao primeiro comprador que se lhe depara..." (D.M. 7.9.930).

Começa, então, a ser delineada uma nova orientação política entre os industriais do açúcar, seguida paralelamente pelo processo de conscientização histórica dessa fração de classe. Reconhece-se, inicialmente, o perigo representado pela concorrência da produção do sudeste e, posteriormente, a necessidade de assegurar o controle sobre o processo de acumulação do capital açucareiro na área.

O elemento básico, que levou os empresários da região a assumir abertamente suas divergências com o governo, é a consciência da fragilidade do processo de reprodução da economia açucareira no Nordeste. A política econômica oficial é apontada, agora, como a causa "prima" da crise do setor.

A natureza e o grau da reação política dos empresários locais dependeu, no entanto, da forma como se compuseram politicamente os diferentes interesses existentes no seio do próprio empresariado. A grosso modo, essas diferenças opunham as usinas maiores e mais bem equipadas contra as usinas menores e os "banguês". O primeiro grupo sustentava que a capitalização das usinas de açúcar bastaria para solucionar os problemas de mercado, opinião não partilhada pelos demais. De fato, a abundância de crédito, num sistema de livre concorrência, facilitaria a acumulação das usinas mais ricas através de um movimento de concentração do capital açucareiro na própria região nordestina, particularmente Pernambuco. É o que nos deixa entender o texto extraído de artigo publicado no dia 9 de setembro: "... Temos dito inúmeras vezes que nenhum aparelho de defesa mercantil entre nós, vingará antes de assegurarmos à lavoura um regime normal e eficiente de crédito, financiando-a de modo a salvaguardá-la dos revezes das crises e das ciladas da especulação baixista... Preste-se primeiro assistência financeira à lavoura por intermédio de um regime de crédito que a emancipe da agiotagem desenfreada. Proporcionem-lhe taxas de transporte suportáveis. Libertem-na dos impostos onerosos e iníquos. Auxiliem-na a reformar os seus processos culturais e a aperfeiçoar o fabrico do produto. Sob o auspício de governos que curem assim da vitalidade econômica do Estado, a indústria pernambucana habilitar-se-á a concorrer com as similares nacionais, normalizando o seu mercado e atuando nos mercados consumidores do país, sem o receio de flutuações artificiais de preço e da indigência de recursos para resistir à manobra dos especuladores..." (D.M. 9.9.930).

Sem dúvida uma pequena apologia do "laissez faire". Um discurso conivente com os interesses das mais pujantes usinas de açúcar de Pernambuco. Para essas, inegavelmente, a existência de inúmeras unidades produtivas de pequeno porte era um pesadelo, um obstáculo que tornava extremamente árduo o processo de concentração do capital açucareiro. A manutenção do jogo livre de mercado nos negócios do açúcar forçosamente provocaria uma reestruturação profunda e radical da economia açucareira da região, e também de todo o país, na medida em que obstaría a expansão acelerada da produção paulista que se verifica a partir dos anos 30. Pois sabemos bem, que esse crescimento acelerado foi induzido, sobretudo, pela política protecionista do Estado Novo, com relação à indústria canavieira nordestina. Acontece, que as lutas políticas dos empresários naquele momento, não tinham o propósito nem a preocupação com os efeitos positivos ou negativos de caráter sócio-econômico, que uma determinada decisão poderia acarretar para o futuro da região. O motivo real das dissensões políticas internas era outro. Lutava-se para saber quem controlaria o processo de reprodução da atividade econômica.

Nessa disputa política, os grandes empresários estavam em desvantagem por constituírem uma fração minoritária. Apesar disto, as raras declarações de apoio ao liberalismo econômico, como esta acima, causavam mal-estar e irritação entre a maioria dos usineiros como deixa transparecer o deputado Arruda Falcão em artigo publicado na imprensa, no dia 18 de setembro, sob o título, "A questão açucareira": "O que mais deprime nossa indústria bem se sabe é a falta de solidariedade profissional. Organizar uma indústria, no entanto, é muni-la de todo o necessário para o seu funcionamento — matéria-prima, maquinismo e mercado. No caso presente, qual será o método a observar para regularizar o escoamento da produção? Deveríamos deixar as vendas ao acaso?... " (D.M. 18.09.930).

Na verdade, já existia, neste momento, um posicionamento tácito entre a maioria dos produtores açucareiros, composta de pequenos e médios industriais, sobre as medidas de caráter político indispensáveis para se assegurar a reprodução temporal da estrutura produtiva do açúcar, sem que esta sofresse maiores traumas, ou modificações profundas no processo produtivo. Entre essas medidas se destacava, obviamente, a criação de um organismo nacional centralizado, capaz de assegurar a sobrevivência da indústria açucareira nordestina, mesmo sob condições adversas tais como, a concorrência, de outras áreas produtoras.

Esta intenção está, razoavelmente explícita, nas diversas manifestações registradas pela imprensa ao longo do mês de setembro, às vésperas do estouro do movimento armado. É o que constatamos no artigo seguinte, publicado no Diário de Pernambuco de 7 de setembro: "Prevalece, entretanto, a consideração que as classes açucareiras não poderão prescindir de um órgão representativo capaz de, eventualmente, receber e corporificar o pensamento dos interessados quanto a providências e atitudes de ordem geral que se façam necessárias..." E mais adiante: "Aliás quanto à Cooperativa, propriamente, parece convirão aos interessados em que a mesma fique suspensa, até que venha a tornar-se possível uma organização única envolvendo todos os produtores do país; único meio de chegar-se realmente a alguma coisa de positivo no campo da defesa do açúcar..." (D.P. 7.09.930).

É convocada uma Assembléia Geral para o dia 18 de setembro a fim de se decidir o destino da Cooperativa. O relatório da diretoria, assinado pelo presidente Joa-

quim Bandeira e a ser apresentado na Assembléia, é publicado, antecipadamente, no dia 18 de setembro, no Diário de Pernambuco. Este relatório reafirma o objetivo inicial, do empreendimento servir como instrumento de unificação e reforço do comércio de açúcar produzido em Pernambuco. No começo, explica o documento, a organização foi submetida ao controle do Convênio Açucareiro, organizado pelo prazo de um ano e orientado pelo Banco do Brasil. Justificando o fracasso da Cooperativa o documento esclarece que o preço do açúcar fixado em 50\$000 (o saco de 60kg) na safra 1928/1929, cai descontroladamente na safra seguinte de 1929/30. No mês de setembro, o preço do açúcar cristal decresce para 31\$000; em outubro para 26\$200; em novembro para 22\$400; em dezembro para 19\$900 e em janeiro para 17\$900, mes, este, em que o produto atinge seu menor preço. Nesse período de crise, esclarece o relatório, a Cooperativa tentou levantar um empréstimo para intervir no mercado, pois não tinha capital disponível: "Foram baldadas essas tentativas porque a pretensão da Cooperativa coincidiu justamente com o início da derrocada do café, que proporcionou o primeiro abalo no câmbio, produziu a intensificação da crise financeira e impediu, como consequência, o êxito de qualquer operação de crédito". É curioso observar que de janeiro de 1930, ponto mais profundo da crise, até outubro, quando se verifica a derrocada da Primeira República, foram transcorridos oito meses. É nesse período, justamente, que se ampliou a crise político-econômica e que foram gestadas e consolidadas as alianças políticas entre as forças de oposição, reunindo as classes dominantes dissidentes e os movimentos populares, polarizados em torno dos "tenentes".

O relatório explicita, ainda, que outros esforços foram realizados a fim de fazer reagir o preço do produto no mercado interno. Promoveu-se, nesse sentido, a exportação para o exterior de 600.000 sacos de 60kg), de Pernambuco; 130.000 de Alagoas e 50.000 de Sergipe, além de outras exportações. Entretanto, todos os esforços foram inúteis. Por fim, o relatório conclui pela urgência de um aparelho central para regular a atividade canavieira em Pernambuco, no Nordeste e em todo o Brasil: "Igualmente, foi deliberado a constituição de cooperativas e convênios em todos os estados produtores a fim de ser oportunamente tentada uma organização central destinada a regularizar preços e ofertas e a promover as necessárias medidas em defesa do produto, organização esta para ser composta de todas as outras subordinadas ao seu controle..." (D.P. 16.09.930).

Reunida no dia 18 de setembro, a Assembléia Geral decidiu pela suspensão das atividades da organização. As palavras finais do presidente Joaquim Bandeira esclarecem melhor o sentido da nova proposta política dos usineiros: "Propomos que... a Cooperativa só virá a funcionar depois de obtida a cooperação definitiva dos estados exportadores para uma organização de justa defesa dos produtores, industriais e consumidores, sem excessão de nenhum estado e com o apoio e assistência dos poderes deste estado resolverá oportunamente sobre a equidade e praticabilidade dessa organização..." (D.M. 19.09.930).

No dia 2 de outubro, prestes a se iniciar o movimento armado, os usineiros vêm novamente, através da imprensa, desfechar críticas contundentes ao governador Estácio Coimbra, considerado incapaz de enfrentar os comerciantes sulistas. O manifesto é publicado no Diário da Manhã sob o título **A situação angustiosa e alarmante da lavoura**: "O que se verifica, pois, sem contestação plausível, é que os mercados nacionais, principalmente o de Pernambuco, sofrem a influência perniciosa e funesta dos açambarcadores que se habituaram a auferir as melhores vantagens da economia

brasileira, em detrimento dos interesses da produção e do bem estar coletivo. Esses açambarcadores forçam a baixa do produto, anarquizam e desmoralizam os mercados, lançam o pânico no seio das classes agrícolas, agravam a situação geral de dificuldades, tornam-se assim verdadeiros fatores de calamidades públicas... Chamam-se Matarazzo, Armando Barcellos, J. Magalhães e outros tantos... Os preços baixos, vilíssimos, aliás, por que os atacadistas querem adquirir o produto pernambucano, nesse primeiro período de moagem, resultam exclusivamente de um jogo de especulações capitaneado pelos açambarcadores sulistas. **Mas nunca é fora de tempo para que a lavoura assuma uma atitude de legítima reação contra os usurpadores do seu esforço e dos seus próprios bens...**" (D.M. 2.10.930).

Alguns dias depois é derrubado do poder o presidente paulista Washington Luís. As tropas rebeldes avançam do norte e do sul. São Paulo é invadida por tropas gaúchas e suas principais lideranças políticas e empresariais vêm-se, abruptamente, marginalizadas do poder, com a nomeação de um interventor não-paulista, o tenente João Alberto.

Em Pernambuco, o governador Estácio Coimbra é destituído, sendo nomeado interventor o usineiro Carlos de Lima Cavalcanti, expressão maior das forças oposicionistas no Estado.

Conclusão

Apesar de seus estreitos limites o presente trabalho nos oferece algumas sugestões interessantes a respeito da evolução econômica e política do Brasil desde os primeiros tempos da República:

A análise da participação dos industriais de açúcar de Pernambuco na revolução de 1930 confirma a suspeita que pesa sobre a impropriedade do uso do termo "oligarquia", para conceituação do conjunto de classes, dominantes regionalmente, em geral, de origem agrária ou agro-industrial. A utilização indiscriminada da palavra "oligarquia" (definida por Aurélio Buarque de Holanda como "governo de poucos"), conduz, simplesmente, o pesquisador a não perceber corretamente o processo histórico de organização das classes burguesas no Brasil, como já afirmamos no início do trabalho. Isto nos leva a colocar, de imediato, uma questão das mais sérias: como conhecer, com certo grau de aproximação confiável, o desenvolvimento das relações de força na cena política brasileira, desde o início da República, sem o conhecimento profundo dos seus atores?

As análises sobre a revolução de 1930, por exemplo, constituem uma prova irrefutável dos danos causados pelo emprego acrítico desta terminologia, que encobre um conceito de bases iminentemente empiristas. Definir as rupturas internas do bloco dominante, nessa conjuntura, como meras rixas e barganhas pelo poder é fechar os olhos para as lutas subterrâneas em que se lançam furiosamente os agentes dominantes (constituídos ou em constituição), em busca de um lugar ao sol, na história do capitalismo no Brasil. É lógico, que essas lutas nem sempre têm um caráter similar às lutas desenvolvidas pelos movimentos populares. Ou melhor, essas lutas, que se produzem no universo interno das classes dominantes, somente adquirem forma de contestação objetiva, quando se identificam com o conjunto de lutas sociais, em certos momentos de profunda crise político-econômica da sociedade.

De um modo geral, e mesmo nesses casos, elas são lutas de caráter limitado e

marcadas pelo seu irrenunciável destino burguês. Daí a heterodoxia e a imprevisibilidade comum nos projetos e alianças políticas empreendidas pelos setores dissidentes. A grosso modo, pode-se dizer que a burguesia ou suas frações dissidentes não são muito atraídas por soluções violentas que, de alguma forma, impliquem em ameaças ao sistema de poder. Quando forçados a posturas mais radicais, primam sempre por um comportamento ambíguo e indeciso. É o caso dos setores dissidentes em 1930, cuja ambiguidade somente passou a se dissolver a partir do assassinato de João Pessoa. A radicalização das lutas populares obrigou os atores a tirarem suas máscaras. Porém, logo após o desfecho da revolução, as classes descontentes começaram a refluir, para uma posição conservadora, atemorizadas pelo avanço do movimento popular, que era, sobretudo, representado pelos "tenentes".

Além do mais, o conhecimento mais profundo da natureza dessas lutas políticas, no seio das classes descontentes, exige que sejam transpassados os muros da política partidária e se penetre os aparelhos do poder, onde se desenvolvem os conflitos específicos de interesse dos setores dominantes. É o que se constata no caso de Pernambuco, onde a face descontente dos setores açucareiros em dissidência nunca foi, de todo, mostrada em público. Isso se explica pelo fato de que a cena partidária compunha apenas uma parte do cenário. Foi preciso, então, por a descoberto o campo próprio de lutas dos usineiros, representado pela Cooperativa Açucareira, para entendermos realmente, os seus motivos de insatisfação.

O termo "oligarquia", ainda, encontra outras limitações na sua impossibilidade de distinguir as diferenças inter-regionais, entre classes e frações de classe dominantes. A palavra "oligarquia" é assim usada, indiscriminadamente, pela historiografia para designar todos os setores dominantes. As concessões, no máximo; são feitas aos setores cafeeiros do sudeste, para os quais se emprega com mais frequência a expressão "burguesia cafeeira".

O entendimento da natureza dessas diferenças, ao nível superestrutural, exige, contudo, um prévio conhecimento das características infraestruturais que regem essas diferenças, no bojo do processo de acumulação do capital, e que veremos a seguir.

A expansão do capital comercial, agrário, industrial e bancário no Brasil envolve variáveis que não estão contidas na relação, quase linear, entre o comércio cafeeiro e a industrialização do sudeste do país. Essas variáveis advêm justamente da existência histórica de outros movimentos de reprodução do capital no interior do espaço nacional, caracterizando, dessa maneira, o processo constitutivo das regiões ou espaços regionais. Esses, por sua vez, tendem a se integrar no seio de uma divisão inter-regional do trabalho, envolvendo o conjunto da economia, à medida que se expande e se unifica o mercado interno. A problemática das diferenças regionais vai surgir, consequentemente, dos contrastes revelados pelos diferentes ritmos de acumulação do capital, no interior do espaço nacional.

A questão regional, vista através do ângulo proposto, é que vai nos permitir a observação de um dos aspectos importantes que derivam das relações dinâmicas entre a infraestrutura econômica e a superestrutura jurídica política. Ou seja, ela nos permite entender como as fricções e dissensões internas das classes no poder, refletem, na maioria das vezes, as contradições do processo interno de acumulação de capital.

No Brasil, a organização do mercado interno tem lugar desde fins do século

XIX, fundada, sobretudo, na expansão das atividades açucareira e algodoeira no Nordeste, da pecuária e da agricultura alimentar no sul, e do café no sudeste, assumindo este último a liderança de todo o processo. Todas as atividades econômicas regionais confluíam, principalmente, para a rica região cafeeira. Lá é comercializado grande parte da produção de açúcar e algodão do Nordeste, esta última servindo de importante fonte abastecedora de matéria-prima para a indústria têxtil paulista. Do sul pecuarista, eram enviadas grandes quantidades de carne de charque, de calçados e artefatos de pele e couro. Alimentando o crescimento econômico do rico sudeste, o nordeste e o sul estavam também alimentando de forma contraditória o seu próprio crescimento subsidiário.

Na década de 1920, o acelerado processo de reprodução da atividade econômica do sudeste vai aprofundar o descontentamento das classes dominantes das regiões subordinadas. A considerável transferência de excedentes, para o sudeste, realizada pelas mãos dos poderosos intermediários, exasperava os produtores regionais. As denúncias dos usineiros locais contra Matarazzo, por exemplo, não são simples coincidência. Elas refletem a desesperada luta de sobrevivência a que se lançaram os empresários nordestinos, incomodamente situados fora do eixo central da economia do país. Além do mais, começa a se esboçar uma nova divisão regional do trabalho que se contrapõe à antiga. Esta fundamentava-se na especialização econômica de cada região, segundo suas características geográfica e histórica. Por outro lado, a nova divisão tem como centro motor a industrialização do sudeste, e se caracteriza por uma efetiva ocupação vertical e horizontal do próprio espaço econômico, e conseqüente eliminação gradual dos espaços reservados no mercado para os produtos vindos de "fora". Isto é, a expansão cafeeira gerou um movimento centrífugo de reprodução do capital no interior da própria região sudeste, estimulando o crescimento de outras atividades econômicas como a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão, marginalizando e enfraquecendo as atividades econômicas das regiões secundárias. Politicamente, essas transformações, nos mecanismos de funcionamento da economia nacional, aguçaram as animosidades e aprofundaram as divergências entre as classes e frações de classes detentores de poder.

É mister, deixar claro, que as origens dessas dissensões internas, entre os setores organizados no poder, não escondiam qualquer tipo de preocupação social mas, apenas, problemas relacionados com a reprodução histórica das classes burguesas no Brasil.

De um modo geral, as questões expostas, neste contexto, não foram suficientemente aprofundadas na historiografia. A idéia quase obsessiva, de definir a economia brasileira da Primeira República, como uma "economia de exportação", tem se encarregado de desviar as atenções com relação ao movimento concreto de integração do mercado interno, no país, nesse período. É longa a lista de prejuízos resultantes ao nível da produção histórica, sociológica e política.

Outra questão, também de grande importância, diz respeito às imensas dificuldades de compreensão das especificidades do Estado Moderno no Brasil, quando não se entende os efeitos que as lutas sociais, que atravessam a cena política, exercem sobre as transformações, extinção e criação dos aparelhos de poder.

No nosso caso de estudo, fica claro, por exemplo, que a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), nos primeiros anos da década de 1930, foi fruto de uma

luta tenaz dos usineiros do Nordeste e, especialmente de Pernambuco, para sobreviverem face às novas contingências oriundas da expansão da produção do sudeste. O interesse dos donos de usina nas mudanças políticas está especificamente associado e restrito, na época, à criação desse novo aparelho de dominação.

De um modo geral, a extinção, criação ou transformação de aparelhos, no interior do arcabouço político-institucional do Estado Moderno, segue o sentido das contradições do capital e das classes que o realizam historicamente.. Somente um estudo verticalizado de casos nos permitirá a visualização das opções políticas futuras da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- (1) CARLI, Gileno de, **História contemporânea do açúcar**. In Anuário Açucareiro, IAA, Rio de Janeiro, 1939.
- (2) , **O processo histórico da usina em Pernambuco**. Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1942.
- (3) CARONE, Edgar, **A primeira república (1890-1930)**. DIFEL, São Paulo, 1969.
- (4) CAVALCANTI, Carlos de Lima, **Governo revolucionário de Pernambuco de outubro de 1930 a abril de 1935, mensagem apresentada à Assembléia constituinte de Pernambuco**. Imprensa Oficial, Recife 1935.
- (5) "Diário da Manhã", Recife, maio de 1930 — novembro de 1930.
- (6) "Diário de Pernambuco", Recife, maio de 1930 — novembro de 1930.
- (7) FAUSTO, Boris, **A revolução de 1930: historiografia e história**. Brasiliense, São Paulo, 1976.
- (8) LEMOS FILHO, **Clã do açúcar**. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1960.
- (9) LIMA SOBRINHO, Barbosa, **Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira**. Eclio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.
- (10) MARTINS DE ALBUQUERQUE, Paulo Henrique, **L'Etat, le capitalisme et la structure du pouvoir au Brésil jusqu'à 1930**. Dissertação apresentada para obtenção do D.E.A. em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, janeiro de 1979.
- (11) , **L'Etat et la question régionale au Brésil**. Tese de doutorado, Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, dezembro de 1981.
- (12) OLIVEIRA, Francisco de, **Elegia para uma re(li)gião; Sudene Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- (13) OSZLAK, Oscar, **Formación histórica del estado en América Latina; elementos teórico-metodológicos para su estudio**. In Estudios CEDES, n.º 1 (3), Buenos Aires, 1978.
- (14) PALACIOS, Guilherme, **Os plantadores de casa de Pernambuco (1900-1955); adap-**

tação e mudança de uma elite agrária tradicional. Coleção Açúcar e Alcool, IAA, Rio de Janeiro, 1975.

- (15) SAES, Décio, **Coronelismo e estado burgues; elementos para uma reinterpretação. In Estudos rurales, latinoamericana, 1 (3), set-dez, 1978.**
- (16) WANDERLEY, Maria N. Baudel, **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira.**